



RELAÇÕES ÉTNICAS E “RACIAIS” NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM SANTA MARIA/RS

Julia Duarte de Souza¹

<https://orcid.org/0000-0003-4099-7207>

Julyana Sueme Winkler Oshiro²

<https://orcid.org/0000-0002-2996-5354>

Amarildo Luiz Trevizan³

<https://orcid.org/0000-0002-3575-4369>

RESUMO

O presente artigo tem como base a pesquisa realizada para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado na graduação em Pedagogia na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em dezembro de 2018. Neste texto, proporciona-se uma reflexão referente aos possíveis fatores que possam vir a influenciar a prática pedagógica do educador da primeira infância e a mediação étnica e racial. Para isso, teve-se como objetivo compreender a atuação do(a)s educador(a)s frente às questões étnicas e raciais presentes no contexto formativo da educação infantil. A abordagem teórico-metodológica pautou-se na pesquisa qualitativa e exploratória. Para a coleta de dados, foram utilizados os seguintes instrumentos: questionário que apontou o perfil etnográfico e uma entrevista semiestruturada com perguntas pontuais referentes à temática. A análise dos dados foi apoiada em um processo organizativo e sistematizado respaldado em Bardin (2011).

Palavras-chave: Práticas Pedagógicas; Educação Infantil; Relações étnicas e raciais.

RELACIONES ÉTNICAS Y “RACIALES” EN LA EDUCACIÓN INFANTIL EN SANTA MARIA/RS

RESUMEN

El presente artículo se basa en la investigación realizada para el Trabajo de Finalización de Curso (TCC), presentado en la graduación de Pedagogía de la Universidad Federal de Santa María (UFSM), en diciembre de 2018. Este texto ofrece una reflexión sobre los posibles factores que pueden influir en la práctica pedagógica del educador de la primera infancia y la mediación étnica y racial. Para ello, el objetivo fue comprender el papel de los educadores frente a las cuestiones étnicas y raciales presentes en el contexto formativo de la educación infantil. El abordaje teórico-metodológico se basó en una investigación cualitativa y exploratoria. Para la recolección de datos, se utilizaron los siguientes instrumentos: un cuestionario que señaló el perfil etnográfico y una entrevista semiestruturada con preguntas específicas sobre el tema. El análisis de datos fue basada en un proceso organizativo y sistematizado apoyado por Bardin (2011).

Palabras clave: Prácticas Pedagógicas; Educación Infantil; Relaciones étnicas y raciales.

ETHNIC AND “RACIAL” RELATIONS IN CHILD EDUCATION IN SANTA MARIA/RS

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus Campo Grande. Bolsista Capes. E-mail: <vicandjulia@gmail.com>.

² Psicóloga, Mestra em Psicologia/UFMS. Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Bolsista Capes/CNPQ. Professora Convocada pela Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul. E-mail: <julyana.oshiro@ufms.br>.

³ Professor Titular de Filosofia da Educação do PPG Educação da Universidade Federal de Santa Maria e Professor Colaborador do PPG Educação da Universidade de Caxias do Sul. E-mail: <trevisanamarildo@gmail.com>.

ABSTRACT

The present article is based on the research carried out for the Course Completion Work (TCC), presented to the Pedagogy degree at the Federal University of Santa Maria (UFSM), in December 2018. This text provides a reflection on the possible factors that may influence the early childhood educator's pedagogical practice and ethnic and racial mediation. For this, the objective was to understand the role of educators in the face of ethnic and racial issues present in the formative context of early childhood education. The theoretical-methodological approach was based on qualitative and exploratory research. For data collection, the following instruments were used: a questionnaire that pointed out the ethnographic profile and a semi-structured interview with specific questions regarding the theme. The data analysis was sustained on an organizational and systematized process supported by Bardin (2011).

Keywords: Pedagogical practices; Child education; Ethnic and racial relations.

INTRODUÇÃO

Apresentamos neste artigo o recorte de um trabalho de conclusão de curso desenvolvido na graduação de pedagogia, da Universidade Federal de Santa Maria, em dezembro de 2018. A escolha do assunto foi motivada pelo interesse da primeira autora deste texto nas relações étnicas e raciais, com foco na “educação infantil”, resolvendo associar ambos os aspectos. Foram também importantes as suas vivências em projetos de pesquisa e extensão como, por exemplo, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, mais conhecido como “PIBID”, onde os alunos de graduação são inseridos nas escolas públicas para desenvolver atividades didático-pedagógicas sob a orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola. Durante essas inserções, ocorreu um episódio bem específico com crianças, de quatro e cinco anos, que permitiu observar com um olhar mais atento a necessidade de abordar essa temática tão importante, mas que ainda possui pouca visibilidade, principalmente nessa etapa da educação básica. Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa pretende contribuir para a compreensão dos possíveis fatores que possam vir a influenciar a prática pedagógica do educador, a fim de contemplar problemáticas tão pertinentes e desafiadoras na educação infantil.

Este estudo teve como questão norteadora a seguinte: “Como transcorre a socialização entre pares com a mediação étnico-racial do professor da educação infantil?” Para a responder objetivou-se investigar a prática pedagógica do educador da primeira infância através da problemática, apresentando três objetivos específicos, que auxiliaram na resolução: descrever o ambiente de aprendizagem e o contexto escolar que foi estudado;

identificar possíveis práticas pedagógicas referentes às relações étnicas e raciais; investigar de que maneira o educador tem em conta a Lei n.º 11. 645/2008.

Buscaram-se referenciais teóricos que problematizam e fundamentam as questões étnicas e “raciais” e a infância através da singularidade de Bento (2012), Cavalleiro (2000), Fazzi (2004), Kramer (2016) e Rosemberg (2014), dentre outros. É de suma importância buscar subsídios teóricos que proporcionem reflexões para a compreensão da construção da identidade da criança negra no contexto escolar através do cumprimento das Leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08, que estabelecem o ensino obrigatório da história e cultura afro-brasileira e africana, visando uma educação antirracista no Brasil. As crianças que vivenciam o contexto formativo da educação infantil, na maioria das vezes, começam a perceber diferenças socialmente construídas precocemente, podendo gerar conflitos ideológicos, como o racismo e preconceitos. Faz-se assim necessário abordar a temática, visto que a escola é um local que qualifica e desqualifica os sujeitos por meio de dispositivos sociais de gênero, poder aquisitivo, faixa etária, pertencimento étnico, entre outros. Trabalhar essas questões é um direito assegurado conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a educação infantil: “o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e discriminação” (BRASIL, 2009, Art.º 9, inciso VII). Dessa forma, buscamos explicitar, compreender e analisar a atuação do(a)s educadore(a)s frente à diversidade enquanto elemento constituidor da sociedade brasileira, posto que a partir da proposta de Lei n.º 10.639/03, que passou a ser Lei n.º 11. 645/2008, foi incluído nas DCN o estudo das “Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”. Entende-se inevitável e urgente a contemplação dessas questões ainda pouco trabalhadas dentro da sala de aula. Fica evidente uma falta de entendimento a respeito da temática, pois por mais que ocorram avanços nas leis e diretrizes norteadoras, ainda confundem ou tentam igualar etnia e raça como se fossem sinônimas, o que não são, pois não existem raças biologicamente falando; há sim um projeto político de desqualificar algumas etnias não brancas com a intenção de inferiorizá-las ou com a intenção de dominá-las.

A temática voltada para a infância vem ganhando cada vez mais visibilidade após o caso emblemático “Marie Anne”, que ocorreu em 1898 em Nova York, que rompeu com o

período em que a criança era tratada como “coisa”, tornando-se objeto de proteção do Estado. Marie Anne tinha nove anos de idade e era vítima de maus tratos pelos próprios pais, numa altura em que o “castigo” físico era considerado uma excelente ferramenta de correção. Naquela época não existia a proteção dos direitos infanto-juvenis, ou seja, não havia ninguém para protegê-la, sendo defendida pela Sociedade Protetora dos Animais, que acreditava que os animais deveriam ser bem tratados e tal ideia podia ser aplicada às crianças também. Desde então, a infância vem cada vez mais ganhando espaço na sociedade, considerada no plural, pois nenhuma é igual a outra e deve-se levar em conta a sua singularidade.

A infância tornou-se um campo de interesse por diferentes disciplinas, pois antigamente não se considerava a criança como um sujeito pensante, capaz de reproduzir discursos de ódio e preconceito, assim como não se considerava o seu jeito de ver o mundo e de emitir discursos plausíveis, capazes de produzir cultura. Entretanto, destaca COHN: “A diferença entre as crianças e os adultos não é quantitativa, mas qualitativa; a criança não sabe menos, sabe outra coisa” (COHN, 2005, p. 33). Todavia, ocorreu uma mudança histórica de pensamentos e quebra de paradigmas, na qual a criança passou a ser considerada como um sujeito histórico, pensante, crítico e reflexivo; conforme aborda Kramer, é indispensável pensar a criança como “ator social de pleno direito”, respeitando sua singularidade e uma categoria social:

[...] Quando trabalhamos com um referencial teórico que concebe a infância como categoria social e entende as crianças como cidadãos, sujeitos da história, pessoas que produzem cultura, a ideia central é a de que as crianças são autoras, mas sabemos que precisam de cuidado e atenção (KRAMER, 2002, p.41).

No Brasil, há um avanço qualitativo com relação à proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Com a efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente, as crianças e adolescentes passaram de sujeitos passivos para sujeitos de direitos e protagonistas da própria história. Crimes como exploração sexual e outras violências, como o racismo contra as crianças e adolescentes, estão recebendo punição. Porém, mesmo com todo o avanço na lei, há muito ainda para melhorar. Crianças e adolescentes precisam ser respeitados, dentro de sua etnia e religião, e precisam conhecer as histórias da sua ancestralidade. Como o Brasil é um país heterogêneo, formado por diversas culturas, tornando-se um país multicultural, é

essencial a inserção da cultura afro-brasileira nas práticas pedagógicas. Sendo assim, esta pesquisa surge da necessidade de contemplarmos as discussões sobre as questões étnicas e “raciais” presentes nos espaços escolares, priorizando a educação infantil, uma vez que, para que as crianças construam o autoconhecimento e sejam sujeitos com opiniões formadas, se faz necessário abordar essa temática desde a e na infância.

Com isso, buscou-se compreender, analisar e investigar a prática pedagógica de educadoras do nível básico da educação infantil engendradas com as questões das relações étnicas e raciais. Sendo assim, a pesquisa teve como foco principal professor(a)s de uma escola pública do município de Santa Maria - RS. Desse modo, para alcançar o objetivo da pesquisa, apoiámo-nos em entrevistas estruturadas, assim como no estudo de caso baseado na leitura e produção de resultados. Inicialmente, foram escolhidas doze professoras para a pesquisa. Posteriormente, dessas doze selecionámos cinco na busca de mais elementos. Ao final da pesquisa, escolhemos apenas três, que de fato foram os sujeitos que participaram e responderam às perguntas mais diretas e de caráter pessoal.

O PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa tem uma abordagem qualitativa e exploratória, sendo realizada a interpretação de significados de uma determinada cultura ou ideologia, auxiliando na análise dos objetos de interesses. Para a análise qualitativa adotou-se um processo organizativo e sistematizado respaldado em Bardin (2011). A abordagem qualitativa refere-se a um conjunto de técnicas sistemáticas que buscam através da análise da comunicação descrever as mensagens por meio de inferências. Ela é utilizada ao abordar o estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, as quais resultam da interpretação humana acerca de suas vivências e sentimentos (MINAYO, 2014). A técnica utilizada foi a análise de categoria temática que tem como objetivo, de acordo com Bardin (2011), o desdobramento do texto em categorias a partir da investigação dos temas do discurso. Para a autora, esse método de análise vem mostrando-se eficaz para discursos diretos (significações manifestas) e simples, o que convergiu com os propósitos da pesquisa.

Também recorreremos à análise bibliográfica, através de livros, artigos científicos, teses e dissertações.

O estudo desenvolvido possui um caráter exploratório, pois através das entrevistas foi possível identificar e compreender como é realizada a mediação étnica e racial no contexto formativo da educação infantil, podendo compreender também quais os motivos que levam à não aplicabilidade da Lei n.º 11. 645/2008. Através das entrevistas foi possível alcançar os objetivos traçados ao longo da trajetória, possibilitando entender as múltiplas experiências humanas vivenciadas pelos sujeitos da pesquisa. Desta forma, justifica-se a escolha pela abordagem qualitativa, uma vez que o problema de pesquisa está centrado no transcorrer da socialização entre pares com a mediação étnico-racial do professor da educação infantil.

No que tange aos procedimentos para a execução desta pesquisa, primeiramente apresentámos o projeto à escola da rede municipal de Santa Maria, localizada geograficamente na região central do estado do Rio Grande do Sul, com uma população estimada de 277.309 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Após o aceite, realizámos uma breve conversa com os professore(a)s, escolhido(a)s pela coordenadora da Escola Municipal de Ensino Fundamental, explicando a temática do projeto e convidando-os a participar no estudo. Após breve apresentação, eles assinaram o Termo de Livre Consentimento, formalizando o aceite. O contato inicial é fundamental para que os sujeitos participantes na pesquisa não sejam pegos de surpresa e tenham maior receptividade com o entrevistador, pois o entrevistado(a) precisa sentir-se livre para responder aos questionamentos, sem qualquer intimidação ou pressão. Dessa forma, para desenvolver esta pesquisa nos apropriámos na metodologia de estudo de caso com inspiração etnográfica, uma vez que:

O etnógrafo inscreve o discurso social: ele anota. Ao fazê-lo, ele o transforma de acontecimento passado, que existe apenas em seu próprio momento de ocorrência, em relato, que existe em sua inscrição que pode ser consultado novamente (GEERTZ, 2012, p.14).

O processo de coleta de dados com os participantes envolveu a aplicação dos seguintes instrumentos: um questionário que apontou um perfil etnográfico, contendo

informações que caracterizavam os professore(a)s; uma entrevista semiestruturada com perguntas pontuais a respeito da temática.

A realização da coleta de dados ocorreu de forma espontânea, visto que a pesquisadora, primeira autora deste texto, estava fazendo o estágio obrigatório na escola participante. O questionário e a entrevista foram realizados em dois dias diferentes. No primeiro momento, aplicamos o questionário a doze professores; posteriormente, realizamos uma análise de dados, convocando três professores para uma entrevista, visando alcançar o objetivo da pesquisa.

A entrevista ocorreu na sala de aula da professora regente, preservando assim a privacidade das participantes, com o mínimo possível de interferência externa. Ressaltamos ainda que as falas das participantes foram gravadas através do recurso “gravação de voz” do celular, sendo transcritas posteriormente, mediante um termo de autorização prévia. Conforme Richardson (1999), os dados coletados e as informações extras deverão ser registrados de imediato para evitar possíveis perdas de informações.

Para a análise dos dados da pesquisa, foram observadas as etapas propostas pela autora com relação à análise da categoria temática. Dessa forma, foi realizada a pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos, seguido da interpretação. A pré-análise consistiu no momento da organização do material e das respostas dos participantes nos questionários.

Os participantes foram selecionados a partir das suas respostas no questionário, pois elaboramos um questionário que buscava definir o perfil dos participantes e talvez os motivos que os levaram a trabalhar, ou não, com a temática em análise. Após selecionar os possíveis sujeitos da pesquisa, realizamos as entrevistas com cada um de forma individual. Posteriormente, transcrevemos cada entrevista e selecionamos trechos que se relacionavam para que pudéssemos discutir e problematizar a análise dos resultados.

A exploração do material ocorreu por meio da leitura flutuante das respostas fornecidas, com o objetivo de possibilitar ao pesquisador, através do contato com o material, o aprofundamento sobre as informações dos participantes. A categorização obedeceu ao procedimento do agrupamento de dados, considerando o que era respondido em cada questionamento. Portanto, cada pergunta deu origem a uma categoria determinada no que

Bardin chamou de categorias *a priori*. Assim, as respostas descritivas deram origem às categorias que a seguir se apresentam. A primeira pergunta buscava entender a compreensão dos professores a respeito das relações étnicas e raciais, pois assim conseguiríamos identificar falhas na formação de ensino superior. No segundo questionamento, referimos a prática pedagógica referente à temática, buscando identificar atividades que contemplassem a diversidade cultural existente no Brasil. No terceiro questionamento, buscamos compreender a influência do papel social do professor, a partir do seu olhar sensível, frente a questões de caráter social como, por exemplo, relativas à diversidade, gênero, cultura, classe social, entre outros.

Apesar da entrevista possuir diversas vantagens, como outras formas de obtenção de dados, ela possui desvantagens também, pois em diversas vezes implica o fornecimento de respostas fictícias, influência de opinião pessoal do entrevistador a partir da resposta do entrevistado, entre outras. Cabe ressaltar que, apesar de existirem algumas desvantagens, o êxito da entrevista está relacionado ao contato e proximidade que o entrevistador possui com o entrevistado, uma vez que se fazem necessárias uma boa relação e convivência entre ambas as partes.

A comunidade escolar é composta por aluno(a)s de famílias desprovidas de meios econômicos, muitas vezes em vulnerabilidade social e familiar. Esta instituição oferece educação infantil para crianças dos três aos seis anos: maternal ao pré-II (crianças dos cinco aos seis anos), assim como crianças dos sete aos quatorze anos (do primeiro ao nono ano). A escola tem capacidade para atender um total de 500 crianças, distribuídas entre os turnos matutino e vespertino. Esta instituição de ensino funciona em prédio próprio; as instalações físicas são adequadas. Com relação à alimentação, geralmente é servido o “almoço” aos alunos, independentemente do turno, pois, por ser uma região carente, muitos alunos vão para a escola sem almoçar, ou fazem aí a sua primeira, e talvez única, refeição do dia, sendo-lhes permitido repetir. A comunidade escolar, na sua maioria, é composta por pardos, negros e uma minoria de brancos. A escolha da instituição foi motivada pelo fato da pesquisadora, primeira autora deste artigo, ter realizado o seu estágio obrigatório nesta escola, estabelecendo assim uma relação favorável com os sujeitos do estudo, possibilitando uma

melhor captação dos dados, assim como a identificação de muitos fatores que podem vir a contribuir favoravelmente para esta pesquisa.

ANÁLISE DOS DADOS

Relações étnicas e raciais

É notória a fragilidade no processo de formação docente, uma vez que ainda não há uma grande efetividade nos conteúdos relacionados à cultura afro-brasileira na educação infantil. Como um(a) professor(a) irá contemplar essas questões se não há um aporte teórico que aborde essa temática nos cursos de licenciatura? É preciso garantir consistência à prática para que não tenhamos equívocos relacionados a assuntos que ainda são considerados “tabus”. Os cursos de licenciatura devem possibilitar experiências teóricas e práticas para que o(a)s professore(a)s se apropriem dos conhecimentos culturais, científicos e sociais que existem no Brasil. Conforme as propostas curriculares da educação infantil, é preciso reconstruir o olhar para as diferentes heranças culturais, possibilitando assim que as crianças tenham experiências significativas em relação à sua própria história.

Ao questionarmos a respeito do que seriam as relações étnicas e “raciais”, foi possível perceber um desconforto por parte de todas as entrevistadas, parecendo-nos que não tinham convicção do que estavam falando, ficando claro, que apesar de duas professoras comentarem que trabalham essa temática, não tinham segurança e muita propriedade para falar do assunto. Entendemos que as instituições escolares não são as únicas responsáveis pela educação dos seus alunos, pois estamos em constante processo de aprendizagem; porém, sabemos que a escola é um ambiente extremamente privilegiado, que possibilita as relações sociais e resultados positivos, sempre que há a promoção de temáticas consideradas “difíceis” de ser trabalhadas.

A prática social consciente referente às relações étnicas e “raciais” possibilita superar e (re)significar os pré-conceitos que ainda continuam sendo perpetuados. Mas, afinal, como poderíamos conceituar as relações étnicas e “raciais”? Sabe-se que, inicialmente, o conceito de raça era utilizado para categorizar e classificar espécies animais e vegetais. Atualmente, essa classificação não é mais utilizada. Conforme Kabengele Munanga (2004):

Por que então, classificar a diversidade humana em raças diferentes? A variabilidade humana é um fato empírico incontestável que, como tal, merece uma explicação científica. Os conceitos e as classificações servem de ferramentas para operacionalizar o pensamento. É neste sentido que o conceito de raça e a classificação da diversidade humana em raças teriam servido. Infelizmente, desembocaram numa operação de hierarquização que pavimentou o caminho do racismo (MUNANGA, 2004, p. 18).

É através das brincadeiras de classificação que originaram-se algumas divisões, hierarquizações e desigualdades, visto que ao classificar algo utilizamos fenômenos linguísticos convencionais e muitas vezes arbitrários. A espécie humana foi dividida, por exemplo, em “três raças”; é sobretudo este número que ainda está enraizado; são popularmente conhecidas por “raça branca, raça negra e raça amarela”. O conceito de raça sempre esteve associado à dominação e ao poder, inclusive quando paramos para refletir sobre as práticas de racismo, uma vez que geralmente associamos o racismo a partir de raça. Conforme Munanga (2003):

[...] essa substituição não muda nada à realidade do racismo, pois não destrói a relação hierarquizada entre culturas diferentes que é um dos componentes do racismo. Ou seja, o racismo hoje praticado nas sociedades contemporâneas não precisa mais do conceito de raça ou da variante biológica, ele se reformula com base nos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural, mas as vítimas de hoje são as mesmas de ontem e as raças de ontem são as etnias de hoje. O que mudou na realidade são os termos ou conceitos, mas o esquema ideológico que subentende a dominação e a exclusão ficou intacto (MUNANGA, 2003, p. 12).

Entende-se por etnia um conjunto de pessoas que compartilham uma mesma linguagem, cultura, religião, modo de ver e lidar com o mundo e, de preferência, que moram geograficamente num mesmo território. Existem diversas etnias em nossa sociedade; algumas delas são representadas através da sociedade brasileira, indígena, japonesa. Sendo assim, se faz necessário refletirmos com Gomes e Munanga (2006) que:

não se trata aqui de brigar para definir qual conceito é o melhor para nomearmos o pertencimento étnico/racial dos negros no Brasil. Trata-se de compreender melhor a complexidade da questão racial e entender que os termos e conceitos que usamos no dia-a-dia não são construídos ingenuamente. Eles estão imersos em um contexto histórico, cultural e político. Para compreender melhor a relação entre raça e etnia alguns estudiosos adotam a expressão étnico/racial. Esta é usada na tentativa de explicar que, ao nos referirmos ao segmento negro da população brasileira, tanto a dimensão cultural (linguagem, tradições, ancestralidade) quanto a

racial (características físicas visivelmente observáveis, tais como cor da pele, tipo de cabelo etc.) são importantes e estão articuladas. Ambas devem ser consideradas em conjunto (e não de forma separada) quando falarmos sobre a complexidade do que representa “ser negro no Brasil” (GOMES; MUNANGA, 2006, p. 178).

Após esta breve explicação sobre os conceitos de raça e etnia, colocamos alguns trechos retirados das entrevistas nos quais é possível perceber que ainda há uma compreensão distorcida a respeito dos mesmos. As professoras participantes desta pesquisa atuavam na educação pública, com alunos da primeira infância, ou seja, na educação infantil. Todas tinham entre 30 e 45 anos e se autodeclararam brancas e “sem” preconceito:

Relações, acho que é o respeito com o ser, com as outras pessoas, com aquelas que são negras, aquelas que são de outras cores de pele, diferente das nossas, de outras raças. Acho que é isso, o respeito entre diferentes culturas, diferentes raças, enfim. É termos um respeito... E o que mais que eu posso dizer... Humm... Acho que é o respeito, principalmente o respeito. Nunca pensei a respeito disso... Nunca nessa terminologia, acho que não sei definir a diferença entre um e outro... acho que não sei definir (Professora 1: 30 anos, autodeclarada branca, está há 8 anos atuando como professora).

São as diferentes culturas, diferentes etnias.... Seriam as raças... E as raciais acho que entraria o racismo, mas não... Não... Não é isso... Relações étnicas seria a cultura, relações raciais seria as diferentes raças que.... Eu acho que isso é uma coisa muito importante que a gente deveria trabalhar em sala de aula até para conhecer outros povos, outras culturas, isso é muito importante (Professora 2: 33 anos, autodeclarada branca, está há 6 anos atuando como professora).

Eu entendo que as relações étnicas e raciais são assuntos relacionados a diversidade que eu enquanto professora preciso trabalhar vários assuntos relacionados a isso, várias vezes, principalmente na educação infantil que são temas que precisam ser abordados quase que diariamente. Não vejo diferença nesses termos. Étnico é etnias, várias etnias e raças são várias raças, não vejo diferença (Professora 3: 41 anos, autodeclarada branca, está há 14 anos atuando como professora).

É de suma importância pensarmos no papel do educador frente às práticas que visam erradicar condutas discriminatórias, uma vez que a escola é um local potente que, por diversas vezes, acaba qualificando ou desqualificando o sujeito através de representações estereotipadas e reproduzidas, de maneira não intencional, por meio de dispositivos sociais de gênero, pertencimento étnico, poder aquisitivo, dentre outros.

A IMPORTÂNCIA DE ATIVIDADES VOLTADAS À TEMÁTICA

Sabe-se que todos têm direito a educação pública, e de qualidade, que proporcione ao educando a construção da própria identidade e da autonomia através da inserção e universalização de uma educação antirracista. A escola tem um papel fundamental na transformação de conceitos, pré-conceitos e atitudes discriminatórias, uma vez que é um espaço educativo pluralizado, tencionando a valorização de todos os sujeitos e histórias que ali estão ou não inseridas. Durante as entrevistas, surgiram alguns questionamentos como, por exemplo: como é possível abordar essa temática quando os próprios profissionais da educação não tiveram a oportunidade de refletir sobre o tema na graduação? Como cobrar um entendimento maior sendo que, muitas vezes, não há espaço para a formação continuada?

Como podemos ver em trechos retirados das entrevistas, das três professoras entrevistadas, duas trabalham com a temática das relações étnicas e “raciais”, mas não a aprofundam. Talvez o motivo esteja relacionado com a falta de proximidade com o assunto, ou talvez não seja um assunto que esteja em evidência nos espaços em que elas estão inseridas. A outra professora utiliza a justificativa de estar numa escola maternal e que as crianças, por serem muito pequenas, não teriam condições de refletir, buscando apenas trabalhar com a identidade e autonomia da criança. Entretanto, sabemos que às vezes uma única frase pode ter efeito positivo na vida de uma pessoa; dessa forma, porque não tentar abordar esse tema com as crianças menores, sendo que o mesmo auxilia na construção da própria identidade e do respeito ao próximo? Sobre esse assunto, Maria Aparecida Bento ressalta que:

[...] a identidade é construída por meio do corpo e na convivência com o outro. Nosso “eu” é produto de muitos outros que o constituem. Esses “outros”, nos primeiros anos de vida, com frequência são a mãe, o pai, a professora ou outros adultos que cuidam diretamente da criança. Por meio do olhar, do toque, da voz, dos gestos desse outro, a criança vai tomando consciência de seu corpo, do valor atribuído a ele e ao corpo dos coetâneos, e construindo sua auto-imagem, seu autoconceito. Assim, podemos concluir que o estágio em que está o adulto, no que diz respeito a sua identidade racial e sua percepção sobre diferenças raciais, é elemento importante no cuidado com a criança (BENTO, 2012, p.112).

É no contato com as diferentes temáticas e as múltiplas relações sociais que as crianças constroem a sua auto imagem, que influencia a construção de suas identidades. A criança precisa “do outro” para se constituir, aprendendo novos conceitos e particularidades da sua própria cultura:

Sim... Já trabalhei com eles, nesse ano mais falando mesmo, não teve nenhuma atividade específica que eu tenha trabalhado sobre o assunto até porque agora é a semana da consciência negra, talvez pudesse trabalhar mais profundamente, mas estamos sempre abordando porque os alunos demonstram muitas vezes através dos atos, das palavras deles, questões de desrespeito à raça, aos colegas, pela cor do colega, pelas diferenças, então a gente acaba abordando esse assunto, mas nesse ano não abordei nada com eles, mas eu já trabalhei com outras turmas, mas não com essa (Professora 1: 30 anos, autodeclarada branca, está há 8 anos atuando como professora).

Não, eu não trabalho essas questões nas atividades porque no maternal são crianças de dois, três e quatro anos, são crianças muito pequenas e eles não teriam, na minha visão, uma nítida compreensão sobre isso (Professora 2: 33 anos, autodeclarada branca, está há 6 anos atuando como professora).

Sim, é trabalhado. Trabalho em vários momentos, em vários projetos a gente aborda isso, desde a Educação Infantil (Professora 3: 41 anos, autodeclarada branca, está há 14 anos atuando como professora).

A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil é um espaço privilegiado em vários quesitos, mas principalmente por ser um espaço lúdico, possibilitando novas experiências de forma diferenciada, divertida e pedagógica. Um aspecto central nas práticas pedagógicas desenvolvidas nessa escola refere-se à literatura infantil. Durante as entrevistas, as professoras relataram que utilizam muito a literatura infantil como prática pedagógica para a educação das relações étnicas e raciais. Entretanto, quando pedimos para que explicassem melhor sobre como trabalhavam, elas se sentiram desconfortáveis, não aprofundando as respostas; dessa forma, acredita-se que não há uma abordagem específica e intensificada a respeito do assunto, visto que na semana da consciência negra não realizaram atividades voltadas para a problemática.

Outra questão bem importante é trabalhar o social por completo, valorizando os saberes, as vivências de cada sujeito que está inserido na sala de aula. Cada um possui a sua

singularidade e história de vida. Muitas vezes é preciso olhar para o além do pedagógico, pois os alunos trazem diversas demandas todos os dias, seja na relação entre colegas ou com uma simples conversa com o próprio professor. Às vezes, o único lugar em que as crianças sentem segurança é na escola. Às vezes, o único lugar em que a criança é ouvida é na escola. É na escola que muitas vezes acontecem diversas situações, inclusive a construção da identidade e a quebra de paradigmas. É fundamental trabalhar a temática étnico-racial na nossa sociedade; entretanto, ainda há muitos obstáculos que impedem a efetivação do que é determinado nos parâmetros legais. Diversas vezes ouvimos comparações de que é mais importante trabalhar com o alfabeto ou números, na educação infantil, do que auxiliar na construção da identidade da criança. Precisamos olhar para além do pedagógico. Precisamos olhar a criança como um sujeito que está em processo de aprendizagem, de ressignificação e construção de pessoa e do mundo. Retiramos alguns trechos da entrevista que relata as práticas do(a)s professore(a)s frente à temática:

Ahh com textos, com histórias, trabalhos manuais relacionados a essa temática, tentando abordar essa questão, principalmente do respeito ao próximo. Na educação infantil nas vezes que eu trabalhei foi bem importante, pois deu pra perceber na mudança de postura deles (Professora 1: 30 anos, autodeclarada branca, está há 8 anos atuando como professora).

Eu trabalho conversando, na leitura de histórias, no momento da rodinha a gente conversa, quando surge algum assunto em específico a gente senta e conversa e eu explico, se é necessário, algum vídeo, documentário para eles entenderem melhor, basicamente é isso (Professora 2: 33 anos, autodeclarada branca, está há 6 anos atuando como professora).

A professora não trabalha com essa temática com a sua turma da educação infantil (Professora 3: 41 anos, autodeclarada branca, está há 14 anos atuando como professora).

APORTES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo principal compreender a atuação do(a)s educadore(a)s frente à questão étnica e “racial”, presente no contexto formativo da educação infantil, identificando a forma como são trabalhadas as questões étnicas na sala de aula. Contemplar essa temática requer muito estudo, leitura, olhares sensíveis e empatia para que sejamos capazes de transformar e dar sentido ao que está sendo proposto. É

fundamental “re”significar os valores, desfazer-se de preconceitos, ampliar e modificar olhares e condutas para que seja possível a promoção da igualdade e equidade entre os diferentes grupos étnicos existentes no Brasil.

É notória a fragilidade do conhecimento das entrevistadas frente às questões étnicas e “raciais”. É fundamental questionar e (re)significar a relevância da educadora frente a uma pedagogia antirracista, que assuma e garanta consistência à prática de enfrentamento que dirima os equívocos relacionados aos assuntos ainda considerados “tabus”. No Brasil existe ainda o mito da democracia racial, que nega a existência do racismo no país, tentando passar-se uma ideia de sociedade harmoniosa (MUNANGA, 2006). Há quem acredite que, de fato, não existe mais racismo no Brasil, ocasionando um silenciamento em debates pertinentes referentes às “ações afirmativas”.

Durante a pesquisa, percebeu-se que o(a)s entrevistado(a)s tiveram dificuldade de ampliar o diálogo sobre a temática, uma vez que não conseguiram desenvolver suas falas com propriedade e segurança; acreditamos assim que essas temáticas não transversalizam muito os afazeres do(a)s entrevistado(a)s. Dessa forma, acredita-se que os cursos de licenciatura devem proporcionar experiências teóricas, e práticas, para que o(a)s futuro(a)s professore(a)s se apropriem dos conhecimentos culturais, sociais e científicos que pertencem à nossa sociedade. De acordo com as propostas curriculares da educação infantil, é necessário (re)construir o olhar para as diferentes heranças culturais que formam o *caleidoscópio cultural do Brasil*, possibilitando assim que as crianças tenham experiências significativas com relação às suas próprias histórias. Dessa forma, é imprescindível contemplarmos as discussões sobre as questões étnicas e raciais e as políticas públicas que abarcam essa temática presente no contexto escolar.

A escola tem um papel social fundamental para a mudança e quebra de paradigmas; sendo assim, é imprescindível pensarmos e propormos uma educação que reconheça e compreenda as diferenças étnicas e raciais, na busca de transformações significativas dentro e fora do contexto formativo.

Em conclusão, acredita-se que há necessidade de contemplar estratégias de ensino voltadas para a compreensão e respeito pela diversidade humana. A educação étnica e racial busca formar cidadãos conscientes da sua herança e livres de preconceitos. É preciso,

inclusive, promover a formação continuada do(a)s professore(a)s, pois tal proporcionará maior segurança na busca de estratégias para a promoção de uma pedagogia antirracista.

Entende-se ser inevitável, urgente e essencial a contemplação dessa temática na educação infantil, pois através dessa prática pedagógica, assim como do regaste histórico da cultura para além do olhar europeu, pode-se e deve-se tencionar o combate ao preconceito, à discriminação e aos racismos promotores das práticas de exclusão. Indica-se assim a necessidade de desenvolver mais estudos sobre a temática apresentada, uma vez que ainda há poucos materiais que a contemplem com foco na educação infantil e sugere-se a realização de pesquisas que aprofundem o tema.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENTO, M. A. S. **A identidade racial em crianças pequenas**. In: BENTO, Maria Aparecida Silva. Educação infantil, igualdade racial e diversidade: Aspectos políticos, jurídicos e conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, p. 98-114, 2012.

BRASIL. Lei n.º 10639, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica**. Ministério da Educação/Secad, 2004.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n.º 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil**. Brasília, MEC, 2009.

_____. **Lei Federal nº 11.645/08** in Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.

_____. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. MEC, SECAD, Brasília, setembro, 2009.

_____. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2010.

_____. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental**. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GEERTZ. C, 1926. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

KRAMER, S. **Autoria e Autorização: questões éticas na pesquisa com crianças**. Rio de Janeiro: 2002.
Disponível em: Acesso em: 27 fev. 2016.

MINAYO, M. S.C. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. Ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MUNANGA, K. **Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia**.
Palestra proferida no 3.º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/2003.

_____. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: **Cadernos PENESB. Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira**. Niterói, Rio de Janeiro, no. 5. p. 15-23, 2004.

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo (SP): Global, 2006.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: método e técnicas**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Revisão gramatical pelo próprio autor.

RECEBIDO 14 DE MAIO DE 2022.

APROVADO EM 20 DE JUNHO DE 2022.